



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA LUÍSA SOARES MARCOLINO

**OS POTIGUARA NA GESTÃO DO SPI: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO
ECONÔMICA A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU DO ÍNDIO**

JOÃO PESSOA - PB

2022

MARIA LUÍSA SOARES MARCOLINO

**OS POTIGUARA NA GESTÃO DO SPI: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO
ECONÔMICA A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU DO ÍNDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito para obtenção do título
de Graduação em Licenciatura plena em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro
Barros Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Cláudia Cristina do
Lago Borges

JOÃO PESSOA - PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M332p Marcolino, Maria Luisa Soares.

Os potiguara na gestão do SPI: uma análise da
questão econômica a partir do acervo do museu do índio
/ Maria Luisa Soares Marcolino. - João Pessoa, 2022.
54 f. : il.

Orientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
Coorientação: Claudia Cristina do Lago Borges.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Povo potiguara. 2. Posto indígena Nisia
Brasileira. 3. Paraíba. 4. Serviço de proteção aos
índios. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro Barros. II.
Borges, Claudia Cristina do Lago. III. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 572.9(813.3)

MARIA LUÍSA SOARES MARCOLINO

**OS POTIGUARA NA GESTÃO DO SPI: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO
ECONÔMICA A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU DO ÍNDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito parcial para obtenção
do título de Graduação em Licenciatura plena em
História.

Data: 13/12/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
(Orientadora)

Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges
(Coorientadora)

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
(Prof. Avaliador)

Profa. Dra. Vânia Cristina da Silva
(Profa. Avaliadora)

*Aos 599 indígenas do Brasil, mortos pela
negligência pandêmica e falta de vacina para
o Covid-19, no governo genocida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado forças para concluir esse ciclo. Agradeço ao trio de mulheres guerreiras, que sempre estão ao meu lado, minha mãe Andrea, por me apoiar em meus sonhos e lutar para que eu sempre tivesse acesso à uma educação de qualidade; a minha avó Penha, pelos sábios conselhos e a minha tia Adria, por ser minha inspiração acadêmica. Ao apoio das minhas amigas, que caminham junto a mim a quase uma vida, Bruna e Thalita, e aos amigos que o curso me deu, que compartilhei sorrisos e lágrimas.

Agradeço à minha orientadora, profa. Cláudia Lago, com quem aprendi muito e foi uma peça chave durante toda minha graduação, no segundo período me acolheu na monitoria de pré-história, e me permitiu trabalhar ao seu lado nesses quatro anos e meio de curso. Me sinto lisonjeada e agradecida por ter em minha banca, a profa. Ana Beatriz Ribeiro, que aceitou minha orientação, e os professores avaliadores Martinho Guedes e Vânia Cristina.

Sou grata a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e seus programas de pesquisa e ensino (monitoria, PIBIC e Prolicen), que tive o prazer de participar. Assim como, a todas e todos professores do Departamento de História que fizeram parte da minha formação. E aos grupos de pesquisa “Abaiara” e “A ProjetaH” meus agradecimentos pelo acolhimento e por serem espaços de respiro, luta e compartilhamento de conhecimento.

“É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte”.

Gal Costa

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), então destinados ao Posto Indígena Nísia Brasileira, localizado na Baía da Traição, litoral paraibano, entre os anos de 1941-1967. Ele é resultante da pesquisa realizada a partir do acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, com documentos diversos, dentre eles recibos e folhas de pagamentos, até planejamentos semestrais a serem efetuados nas aldeias Potiguara. Juntamente com leituras bibliográficas sobre o SPI, o Brasil republicano e a história dos Potiguara, procuramos compreender as consequências que as políticas expansionistas de diferentes governos trouxeram para o desenvolvimento econômico, e como isso resultou em uma economia rotativa e o aumento das relações laborais, como a contratação de mão-de-obra e prestações de serviço para tais fins, assim como os interesses políticos e econômicos influenciaram nas demandas do SPI.

Palavras-chave: Paraíba; Posto Indígena Nísia Brasileira; Povo Potiguara; Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

ABSTRACT

This work aims to analyze how and where budgetary and financial resources were applied and made available from the Posto Indígena Nísia Brasileira, located in Baía da Traição, on the coast of Paraíba, between the years 1941-1967. Given the research it was possible, through the documentary collection of the Archive of the Museu do Índio of Rio de Janeiro, whose documents are receipts and payrolls, to half-yearly planning to be carried out in the Potiguara villages. Through a historiography on the Potiguara people, and having as a reference, the aforementioned documentary collection, we seek to understand the consequences that the expansionist policies of different governments brought to both local and economic development, and how this resulted in a rotating economy and the increase of labor relations, such as the hiring of labor and service provision for such purposes, and how local political-economic interests influenced the demands of the SPI.

Keywords: Paraíba; Posto Indígena Nísia Brasileira; Potiguara; Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem I - Fragmento documental do relatório de investimento do SPI no P.I. de 1944 e 1945.....	31
Imagem II - Documento do movimento de renda mensal do P.I Nísia Brasileira, 1949.....	35
Imagem III - Área de busca do Site do Museu do Índio.....	44
Imagem IV - Divisão em pastas do Site do Museu do Índio sobre o SPI.....	45
Imagem V - Arquivo digitalizado do Posto Nísia Brasileira no site do Museu do Índio.	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I.R - Inspetoria Regional

P.I - Posto Indígena

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Investimentos e gastos do SPI sobre o Posto Indígena de Nísia Brasileira	
.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)	19
1.1 O SISTEMA TUTELAR E A NOVA REPÚBLICA	23
1.2 POLÍTICAS VARGUISTA NA ECONOMIA INDÍGENA (1941-1945)	25
CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O POSTO NÍSIA BRASILEIRA	27
2.1 IMPLANTAÇÃO DE UMA ECONOMIA LIBERAL E SEUS REFLEXOS NO POSTO NÍSIA BRASILEIRA (1946-1951)	32
2.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO LIBERALISMO ECONÔMICO DO GOVERNO DUTRA (1951-1954)	36
2.3 O RETROCESSO NAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS DO SPI (1956-1964)	38
2.4 INÍCIO DO PERÍODO DITATORIAL E O FIM DO SPI (1964-1967)	41
CAPÍTULO 3 - GUIA PARA USO DO ACERVO DO SPI	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Historicamente, as terras indígenas vêm sendo disputadas por conquistadores europeus, grileiros, homens brancos e ruralistas ao longo dos séculos, sendo assim os povos originários estão em constante resistência pela manutenção de seus costumes e pela conservação de suas terras. O povo Potiguara, desde o século XVI ocupa áreas hoje pertencentes aos estados de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sendo uma das etnias tupis que mais resistiu às invasões portuguesas, mantendo alianças com holandeses e franceses na tentativa de conservarem seus espaços de ocupação e, ao mesmo tempo, agregar forças contra o invasor lusitano.

De acordo com Lima (2014, p 31), os Potiguara são referidos no litoral da Paraíba desde 1501, ocupando um território que se estendia pela costa nordestina, com limites ao sul, do estado de Pernambuco (Rio Tracunhaém), e ao norte, do estado do Maranhão. Na Paraíba, ocupavam todo o litoral, principalmente no vale do rio Mamanguape, da Baía da Traição até a Serra da Cupaoba (atual Serra da Raiz). Eles falavam a língua tupi antiga e celebravam seus ritos com base na mitologia da mesma.

Ao longo do processo de conquista, em que portugueses, franceses e holandeses buscaram usurpar os territórios ocupados pelos Potiguara para o cumprimento de um projeto de exploração mercantil, ao fim e ao cabo, os povos locais foram os mais afetados, apesar das constantes lutas e tentativas de resistências. Na visão de que tais povos eram inferiores e ainda não civilizados, ataques, mortes – física e biológica, opressão e submissão se tornaram ações sistemáticas por parte dos grupos colonizadores, incluindo tanto a Coroa quanto a Igreja.

No discurso aplicado sobre a incapacidade dos indígenas em entenderem e adotarem os modelos civilizatórios, as instituições presentes ainda no Brasil colônia definiram que era função delas reger sobre a vida dos povos locais, nessa perspectiva, as políticas aplicadas tinham o real interesse em vigiar, controlar e dominar. Assim, considerando os indígenas como “povos ainda na infância”, o sistema de tutela passou a ser a forma legalizada de sobreposição de uma ordem cultural ocidental cristã sobre os selvagens da terra, figurado pelo conceito de “política indigenista”.

A política de tutela dos indígenas tornou-se eficaz ao longo da colônia, sendo então aplicado no Império e estabelecido de forma regulamentar durante a República. Porém, importante ressaltar que, durante esses períodos político-administrativos da história do Brasil,

a prática da tutela foi assumindo diferentes abordagens e vínculos institucionais, mas, os objetivos permaneceram os mesmos, ou seja, o de submeter os povos indígenas aos interesses do Estado.

Buscando conhecer como as políticas indigenista na República atuavam junto aos povos indígenas, o trabalho intitulado “Os Potiguara na Gestão do SPI: Uma análise da questão econômica a partir do Acervo do Museu do Índio”, é o fruto do vínculo de três anos com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB), sob a orientação da professora doutora do Departamento de História, Cláudia Cristina do Lago Borges. A pesquisa teve início em 2019, com o plano de trabalho: A política econômica de Vargas e do SPI sobre o Posto Indígena de Nísia Brasileira (1941-1945).

E entre os anos de 2020 e 2021, foi desenvolvido a continuação do plano citado, mas com diferentes recortes temporais, sendo assim, em 2020, a pesquisa foi feita com base nos anos 1946-1953, seguidos de 1954-1967, finalizando a documentação trabalhada. Os resultados aqui apresentados, são frutos da pesquisa feita durante o projeto de iniciação científica, e maturada através das discussões do Grupo de Pesquisa Abaiara - Estudos Indígenas da Paraíba. Além disso, a cada novo recorte trabalhado foram surgindo diferentes questionamentos e a necessidade de novas fontes, que culminaram no resultado aqui apresentado.

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi fundado em 1910, entretanto, o recorte desse trabalho se limitou entre os anos 1941 a 1967, quando o órgão chegou ao fim. Tal recorte foi escolhido visando entender como os governos Vargas, Dutra e o período da ditadura militar tratavam e davam assistência aos povos indígenas. Uma das políticas do governo Vargas era a exploração do território brasileiro, e a presença de povos indígenas em algumas regiões do país, como o Nordeste e o Centro-oeste, dificultavam o seguimento do projeto.

Este trabalho tem por objetivos analisar a questão econômica que envolve o Sistema de Proteção ao Índio (SPI) e o Posto Nísia Brasileira da Baía da Traição-PB, buscando trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais Potiguara quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população. Além de expor as consequências que as políticas expansionistas varguistas trouxeram para o desenvolvimento tanto comercial, quanto econômico do posto estudado; entender como os interesses político-econômicos locais influenciaram nas demandas do órgão sobre o povo Potiguara; e por fim, avaliar como as ações do SPI e a política varguista de inserção do indígena no campo do trabalho impactaram nas práticas tradicionais da cultura Potiguara.

A pesquisa em pauta teve como suporte principal o acervo digital do Museu do Índio do Rio de Janeiro, o qual agrega uma vastíssima documentação sobre o SPI, e, portanto, da

participação do órgão junto ao povo Potiguara da Paraíba. O acervo em questão conta com mais de 4.500 documentos, divididos em quatro pastas. Com tamanha diversidade documental, definiu-se como metodologia geral do projeto fazer uma classificação por categorias, sendo elas: educação, saúde, administração, território e economia.

Sobre esta última, objeto de análise deste trabalho, identificou-se que a amplitude dos documentos poderia ser estudada a partir de algumas subcategorias: recibos, relatórios, processos, folhas de pagamentos mensais; recebimentos de verbas; movimento de renda do posto; documentos que demonstram relações comerciais; transações bancárias; e relatórios orçamentários, sendo esses os mais importantes entre as documentações citados, que eram feitos anualmente ou semestralmente, identificando os gastos e requerendo verbas, para os meses posteriores.

Buscando aprofundar um pouco mais na temática, passamos pelo processo de estudos bibliográficos sobre os povos indígenas do Brasil. Entretanto, essa diversidade se aplica apenas aos povos do norte e centro-oeste do país, enfrentando assim uma escassez de fontes referente aos indígenas do Nordeste, principalmente da Paraíba. Diante de uma análise histórica, a documentação do SPI é de suma importância para entender como o órgão atuou perante os povos indígenas brasileiros, e como foi seu papel na tutela dos mesmos, ao longo de várias décadas do projeto nacionalista de inserir esses povos na civilização e dizimar suas diferentes culturas e costumes ancestrais.

Por isso, como base historiográfica para os estudos indígenas, além da documentação do SPI, foram utilizadas algumas importantes obras: “Índios do Brasil” (2007) de Júlio César Melatti; “Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno” (2017) de Darcy Ribeiro; “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania” (2013) de Manuela Carneiro da Cunha, que nos permite entender de forma geral os indígenas do Brasil, e o processo de tutela que os mesmos vêm passando desde o século XIX.

Em sua obra, Darcy Ribeiro (2017) aborda o contexto da criação das políticas indígenas no século XX, com destaque para o SPI. Também podemos citar, o antropólogo e historiador Antônio Carlos de Souza Lima, em “Um grande cerco de paz” (1995), que fala sobre a atuação do SPI, discutindo mais a fundo a questão da tutela. Outro autor que também discute de forma crítica o contexto do SPI, é David H. Stauffer, em “Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios” (1955).

Trazendo para o contexto do Brasil, os escritos de Seth Garfield foram de suma importância para um melhor entendimento da relação do governo Vargas e o SPI, com sua obra “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas” (2000).

Entretanto, o maior desafio foi encontrar referências que relacionassem os povos indígenas e o período ditatorial brasileiro, para isso foi utilizado o artigo “Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar” (2019), de autoria de Rubens Valente, que descreve as relações políticas e as crises que culminaram no “fim” do SPI.

Em relação a bibliografia sobre o povo Potiguara da Paraíba, podemos citar Frans Moonen e Luciano Mariz Maia, que desenvolveram um trabalho de pesquisa documental chamado “História dos Índios Potiguara: 1500 - 1983” (2008), que discute o início do SPI, seu fechamento e a Funai. Além deles, temos o antropólogo Estevão Palitot, que trabalha a questão da tutela e territorialidade do povo Potiguara e suas relações com o SPI e a família Lundgren, em sua obra “A multidão Potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX” (2011).

Além das fontes supracitadas, para melhor compreensão da pesquisa, no que diz respeito a parte econômica que envolve o SPI e o P.I, foi utilizado o decreto: Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, em que podemos observar o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguara, quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população. Além dos decretos nº 736, de 06 de abril de 1936; nº 10.652, de 16 de outubro de 1942; e nº 17.684, de 24 de janeiro de 1945.

Sendo assim, vale destacar a escassa quantidade de fontes em relação às políticas econômicas e o SPI, de forma geral. Em relação à Paraíba, o local do objeto de estudo é nulo, limitando a análise documental do acervo. De suporte teórico, podemos citar pequenos trechos em artigos ou livros sobre as relações econômicas do governo Vargas com o órgão, assim como os outros períodos estudados, mas esses também são escassos, uma vez que o conteúdo encontrado, não agregou a pesquisa em seu viés econômico.

Como forma metodológica e buscando um melhor entendimento do funcionamento financeiro do Posto Indígena Nísia Brasileira, foram utilizadas fontes documentais, produções acadêmicas, livros e teses para um suporte teórico, com destaque para o acervo da Fundação Nacional Museu do Índio do Rio de Janeiro, que possui uma gama de documentos do povo indígena Potiguara, localizado entre os municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, na Paraíba. Com o intuito de entender as relações e ações do órgão sob o Posto supracitado, foi realizado o recorte temporal entre os anos de 1941 a 1967, o qual foram analisados mais de 4.500 documentos, esses divididos entre as caixas 167, 168, 169 e 170.

Considerando o extenso volume documental referente ao Posto da Baía da Traição, fez-se necessário entender, entre outros pontos, a questão econômica que envolve o SPI, e trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais Potiguara

quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população. Por isso, na pesquisa, também foram utilizados decretos governamentais, datados entre os anos de 1910 e 1945. Esses tiveram caráter fundamental para um melhor entendimento de como ocorreu o desenvolvimento econômico e como era traçado o perfil dos rendimentos, gastos e repasses financeiros recebidos pelo Posto Nísia Brasileira.

Como todas as áreas de atuação do órgão perpassa pela instância econômica, entre os quais o cumprimento das ações assistencialistas, o funcionamento dos Postos e o pagamento de funcionários e prestadores de serviços dependiam do orçamento que o Estado Nacional destinava ao SPI, a análise destes documentos nos permitiu traçar um mapeamento orçamentário do P.I. Nísia Brasileira, nos dando assim uma dimensão de suas condições financeiras.

Por fim, a pesquisa foi feita com base em: 1) levantamento bibliográfico; 2) pesquisa documental, no acervo citado, no qual foi elaborada uma listagem, leitura e discussão dos regimentos referentes ao SPI e o P.I. Nísia Brasileira; 3) catalogação, leitura e análise documental, no intuito de identificar e classificar os documentos do acervo, em que foram encontrados: recibos, relatórios, processos, folhas de pagamentos mensais, recebimentos de verbas, entre outros.

CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado através do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, durante o governo do presidente Nilo Peçanha. O artigo 1º do decreto institui que o órgão deveria “[...] prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados”. Sendo um órgão público e fazendo parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), o SPI tinha por objetivo “assegurar-lhes [aos índios] assistência e proteção, e tornar efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre índios e fazendeiros”, além de prestar assistência aos povos indígenas do Brasil. A princípio, o projeto visava inserir os indígenas nômades e aldeados que não mantivessem contato direto com a sociedade. Assim como:

[...] afastar os indígenas que constituíssem obstáculo ou estivessem à frente da fronteira econômica e organizar, a partir de núcleos de atração de índios hostis e arredios, a formação de povoações mais sedentárias e centros agrícolas, onde, caracterizados como trabalhadores rurais, teriam terras para trabalhar. (ARAÚJO JÚNIOR, 2018, p. 154-155).

Além disso, até 1936, o Serviço também incluía os sertanejos como seus tutelados. Em 1918, o SPILTN foi desativado, sendo renomeado para Serviço de Proteção ao Índio (SPI), através do Decreto-lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. Entre outras determinações, este Decreto definia que: era responsabilidade do órgão estabelecer limites para os territórios indígenas, em comum acordo com os governos estaduais e municipais, além de devolver as terras tomadas; investir para que os povos indígenas desenvolvem uma agricultura voltada para a subsistência; e por fim, não menos importante, manter a ordem evitando, que “[...] os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente”.

Esses objetivos foram fruto da situação do Brasil naquele momento, que recém havia adentrado ao sistema republicano, mas ainda mantinha um sistema social e cultural enraizado nos moldes do colonialismo, acreditando que os povos indígenas tinham papel secundário ou inexistente, e que deveriam ser catequizados para assim conseguirem conviver com a sociedade civilizada. Além disso, dentre as ações do órgão, se encontravam:

[...] dar-lhes assistência; zelar pelos seus direitos; garantir a posse dos seus territórios e evitar invasões; fazer respeitar a organização interna das comunidades indígenas e sua cultura; punir os crimes cometidos contra os mesmos; fiscalizar o tratamento dado aos índios; evitar que fossem coagidos

a prestar serviços a particulares; impedir guerras intertribais e restabelecer a paz, quando necessário; representá-los perante a justiça do país e as autoridades locais; melhorar suas condições materiais de vida; promover a restituição das terras usurpadas, assim como a mudança de certos grupos indígenas, quando fosse conveniente e de conformidade com os respectivos chefes; fornecer aos índios instrumentos musicais, ferramentas, implementos agrícolas, máquinas para beneficiar os produtos de suas culturas e animais domésticos, além de outros recursos necessários. Dar-lhes assistência; zelar pelos seus direitos; garantir a posse dos seus territórios e evitar invasões; fazer respeitar a organização interna das comunidades indígenas e sua cultura; punir os crimes cometidos contra os mesmos; fiscalizar o tratamento dado aos índios; evitar que fossem coagidos a prestar serviços a particulares; impedir guerras intertribais e restabelecer a paz, quando necessário; representá-los perante a justiça do país e as autoridades locais; melhorar suas condições materiais de vida; promover a restituição das terras usurpadas, assim como a mudança de certos grupos indígenas, quando fosse conveniente e de conformidade com os respectivos chefes; fornecer aos índios instrumentos musicais, ferramentas, implementos agrícolas, máquinas para beneficiar os produtos de suas culturas e animais domésticos, além de outros recursos necessários. Era obrigação do órgão indigenista, ainda, introduzir a pecuária em territórios indígenas; ministrar, sem caráter obrigatório, a instrução primária e profissional aos filhos dos índios; proceder ao levantamento da estatística geral dos índios e estudar sua situação atual, seus hábitos e tendências. Porém, dessa extensa lista de atribuições do programa do SPI, pouca coisa se fez[...]. (BARBOSA, 2016, p. 37-38)

Para uma ação efetiva do Estado nesse sentido de vigilância e controle, o SPI atuou através do sistema de tutela dos povos indígenas, afastando-os dos costumes tradicionais para inseri-los nos modelos de vida do homem branco, já que historicamente esses povos eram vistos como “selvagens”. Na visão de Lima (1992), a criação do SPI veio para definir quem era ou não indígena, e como o órgão iria atuar para com os que são através do serviço de tutela, desconsiderando seu viés etnocida.

O órgão foi criado diante de um contexto histórico em que o governo da nova república estava passando pela expansão de ferrovias (em busca de avanço econômico) e explorando o interior do país, quando encontram aldeias indígenas, em regiões que pretendiam implantar ferrovias, esse fator provocou conflitos com os povos originários, disfarçado de um discurso civilizatório “reclamado como um remédio indispensável a segurança dos que construíram uma civilização no interior do Brasil” (RIBEIRO, 2017, p. 120). Sendo assim, os indígenas representavam uma “ameaça” para o Estado, e diante disso, o Marechal Cândido Rondon, sugeriu a criação de um órgão que estabelecesse uma convivência pacífica interna entre os indígenas e o Estado.

Diante a política de implantação de linhas telegráficas no Mato Grosso, Cândido Rondon acabou se tornando o primeiro diretor do SPI, que seguia com duas táticas da Comissão

Rondon, de adentrar terras indígenas seculares e implantar políticas de “pacificação”. O indígena era visto como o “bom selvagem”, forte e heroico, que ajudaria na proteção das fronteiras brasileiras e desenvolvimento da economia agrícola. Além disso, Rondon via uma necessidade de “apagamento” desses povos, ou seja, afastá-los de sua cultura para facilitar a inserção na sociedade, uma vez que, para ele

Os indígenas ainda estavam na etapa “fetichista” do desenvolvimento humano, uma infância social que ainda poderia ensejar desenvolvimento, desde que lhes fossem proporcionados os meios e houvesse o convencimento não violento pela civilização. (ARAÚJO JÚNIOR, 2018, p. 153).

De acordo com Ribeiro (2004), foram incorporadas ao projeto comissões de geógrafos, etnólogos, botânicos, dentre outros cientistas, as quais formavam a Comissão Telegráfica, objetivando assim um entendimento científico das ações fundamentais para criação do órgão, dentre elas a implantação de uma política indigenista, uma vez que, para Lima (1992, p. 155), o SPILTN foi o “[...] primeiro aparelho de poder governamentalidade instituído para gerir a relação entre povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelho de poder”.

As propostas do órgão estavam ligadas a interesses do Ministério ao qual estava subordinado, sendo assim, sua atuação era voltada para administração dos territórios indígenas e exploração da força de trabalho dos mesmos. Diante disso, surgiu a necessidade do órgão se expandir para as outras regiões do país, uma vez que antes ocupava apenas áreas fronteiriças transformando, “o índio em trabalhador nacional” (LIMA, 1992, p. 160-161).

Entretanto, transformar os indígenas em trabalhadores rurais continua sendo o principal objetivo do órgão. Sendo assim, o SPI era visto como algo inovador diante das políticas indigenistas operadas nos séculos passados, sendo responsável pela administração de vários povos, papel antes feito pela igreja católica. Essa que apresentou resistências, assim como o setor econômico do governo.

Esse último via o órgão como um provável agente limitador da exploração das terras indígenas, tendo em vista que o momento econômico fomentava por mais terras exploráveis para as grandes lavouras ou para a exploração de minérios, em especial na região do centro-oeste. Já para a igreja, a ação do SPI sobre os povos indígenas significava que o Estado estaria substituindo a educação cristã e a catequização tradicionalmente feita pelo clero, pela alfabetização realizada através do Posto Indígena, afastando dessa forma a hegemonia da Igreja.

Mas, na política de interesses os nomes ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) eram de grandes latifundiários (LIMA, 1992, p. 158), ou seja, o órgão era "camuflado" para servir a políticas econômicas. Por isso, em 1936 foi aprovado de forma provisória, o primeiro Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Se tratava do Decreto nº 736, que “põe em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos silvícolas com objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira”.

O órgão atuou de forma intensa durante várias décadas, seguindo atrelado ao programa nacionalista de expansionismo territorial, além de manter o projeto de inserir os indígenas na sociedade. Entre as instâncias vinculadas ao órgão central, estavam as Inspetorias Regionais que administravam os repasses financeiros para os Postos Indígenas, e estes deveriam cobrir e atender as necessidades básicas referentes às suas populações.

Pelas normas do SPI e da política do governo, os postos indígenas deveriam adotar meios de sustentação, fosse através do plantio, da extração de bens naturais, ou com a criação de animais.

O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão da colonização pois se trata, do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas. (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspetoria Regional 2, documento nº 85).

Assim, para atender a esta necessidade, o P.I. Potiguara passou a adotar várias práticas alternativas de sustento, em especial o de plantio de coco, bem como o atendimento em outras áreas econômicas. De acordo com o Decreto 736/1936 do SPI, os indígenas deveriam receber salários referentes às suas funções exercidas e condizentes com suas necessidades, como forma de criar e incentivar hábitos laborais, além de receberem doações em favor de serviços prestados.

Em 1939, o SPI voltou a fazer parte do Ministério da Agricultura, o que resultou, em 1942, na publicação do Regimento do órgão tutelar. De acordo com o documento em questão, o Estado atuaria sobre as populações e áreas indígenas permitindo as práticas culturais, entretanto, os indígenas deveriam ser inseridos em atividades “civilizadas”, como trabalho extrativista e produções agrícolas. Sendo essas responsabilidades atribuídas às Inspetorias Regionais e postos locais, uma vez que esses atendem aos interesses políticos e econômicos locais e regionais.

Além disso, as Inspetorias Regionais, segundo o Decreto nº 10.652, de 16 outubro de 1942, eram responsáveis por garantir a administração da aldeia, educação, demarcação,

proteção, preservação cultural, intermédio entre aldeias e civilização, fiscalização, conservação patrimonial, trabalho, combatendo ao nomadismo (artigo 12º). Já a manutenção da ordem nos Postos Indígenas, ficava por parte das forças militares. Mas, para que essas ações fossem efetivas era necessário verbas suficientes para o sustento do posto. E esses investimentos eram possíveis mediante o orçamento enviado pelo governo, para o Ministério da Agricultura, sendo esse repassado para o SPI e suas Inspetorias regionais.

Esses repasses foram alternados durante os anos, resultantes de diferentes situações como: a mudança da moeda nacional de “réis” para “cruzeiro”; a constante troca do cargo de responsável pelo Ministério, até a necessidade de um maior orçamento para o Posto investir em construções. Durante esse período também ocorreu um corte de verba em 60% em virtude da crise financeira do país, três anos depois da instauração do SPI.

O SPI, de acordo com a documentação analisada, foi ineficaz em sua atividade em campo e somou para perpetuação de práticas que anularam as diversas culturas indígenas, em regiões de sua atuação no país. Na Paraíba, por exemplo, os conflitos de terras não terminaram e inúmeros direitos que o SPI deveria garantir, foram por eles quebrados ou deixados de lado pelo próprio órgão, assim como sua política de cuidado e preservação da cultura, uma vez que o que prevaleceu foi a política tutelar e a inserção do indígena na sociedade, para somar como meio de produção. O órgão atuou durante 57 anos, e incluía as mais diversas áreas, como educação, agricultura e saúde, em suas ações foram pautadas na influência tanto do Estado como das forças militares, até seu fim em 1967, que levou a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

1.1 O SISTEMA TUTELAR E A NOVA REPÚBLICA

Entre os séculos XIX e XX, o discurso da soberania e responsabilidade do Estado sobre os povos indígenas começou a crescer em relação a atuação religiosa, grande parte disso foi influência da corrente positivista naquele momento histórico, que teve como destaque José Bonifácio de Andrada e Silva. O estadista apresentou em sua obra “*Projeto para o Brasil*”, 44 propostas à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, visando que fossem “aproveitados, corrigidos e emendados”, e assim serem “[...] convenientes e adotados para civilização e prosperidade futura dos miseráveis índios, para que tanto devemos concorrer, até por utilidade nossa, como cidadãos, e como cristãos” (1998, p.121). Esse poder tutelar implicava:

[...] estratégias e em táticas cujo exercício configurava um sistema de governo para populações dele alienadas. Da mesma forma escapava aos atores localmente encarregados pô-lo em funcionamento. Seu centro de decisões era imaginado enquanto coincidente com o governo de uma comunidade política nacional e com o espaço geográfico da capital da República: populações desconhecidas pela administração são por ela transformadas em cidadãos de uma comunidade que, por princípio, desconhecem e só devem conhecer de forma mediatizada. Inserir estes povos na esfera de um governo nacional, em distintos patamares de participação política, viabilizaria que terras por eles ocupadas fossem tornados espaços “vazios”, prontos para serem utilizados por cidadãos para tanto capacitados, ou por aparelhos de poder estatizados responsáveis pela defesa do „território nacional” face aos países limítrofes. (LIMA, 1995, p. 142-143).

De acordo com Antônio Carlos Lima (2014), a tutela se caracteriza como um regime de poder surgido no Brasil com a colonização portuguesa, tomando fôlego, a partir da Guerra de Conquista. Além disso, Lima (2014) destaca a relação entre a tutela, o clientelismo e a patronagem, uma vez que ambos são geridos por “tutor”, ou seja, aquele que traça ordens do que deve ser feito. A partir de 26 de janeiro de 1945, foi estabelecido o Decreto nº 17.684, que previa mudanças no SPI (estabelecido pelo decreto nº 10.652/1942) e abrangência de demais estados (Alagoas e Sergipe) na Inspetoria Regional responsável.

Diante disso, o Estado foi responsável por gerir as atividades administrativas e econômicas que envolvessem os povos indígenas aldeados, mudando assim o molde de tutela secular imposto pela igreja católica, que eram responsáveis ou corresponsáveis pelos aldeamentos indígenas. Afinal, com o florescer da nova República a visão dos povos originários foram modificadas, surgindo uma nova perspectiva, que tendia a se desenvolver no século XX, que foi reforçada por Gagliardi (1989, p. 226), ao citar a substituição da “catequese” pela tutela do Estado, visando a “proteção” desse povo.

Para o seguimento deste plano foram elencadas algumas propostas, tais como: manter comércio com os indígenas considerados bárbaros, recebendo suas plantas medicinais em troca de artefatos do cotidiano, um espécie de escambo semelhante ao período colonial de exportação do pau-brasil; introdução dos líderes de aldeias na sociedade, facilitando assim o contato com os povos; estabelecimento de aldeamentos; além de práticas escolares, voltadas para produção de mão-de-obra, e interesses político-econômico e ocupação territorial buscando o aumento de fronteiras.

Durante a nova República, os povos indígenas passaram por um novo modelo tutelar, embasado no Estado e na laicidade. Grande parte desse projeto fazia parte de algo maior, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, que objetivava desbravar e promover o desenvolvimento dessas regiões centrais e fronteiriças do país, buscando um maior

desenvolvimento econômico. A ação possibilitou o reconhecimento de várias regiões e contato com povos indígenas, até então desconhecidos, que ocupavam os territórios adentrados (GAGLIARDI, 1989).

A tutela imposta pelo SPI não estava apenas ligada à dependência dos povos indígenas, mas sim seu controle sobre eles. Entretanto, o “controle” que o órgão desempenhava abrangia outras esferas. Ao gerir suas ações políticas e econômicas alinhadas com as demandas nacionais, e sendo responsável por administrar a verba recebida pelo governo, o órgão destinava seus recursos na economia, saúde e educação local, além de usar as terras para desenvolvimento de trabalho agrícola por meio da plantação. Este modelo gestor visava a sensibilidade dos indígenas quanto uma prática permanente de cultivo voltada não somente para a subsistência, mas para o comércio, e assim, suprisse a verba investida pelo governo.

A ideia de tutela não representava exclusivamente a condição de dependência, mas de controle, isto é, os indígenas sob a administração do SPI estariam submetidos às ordens de demarcação e defesa territorial, assistências na área de saúde e educação, era uma espécie de premissa de integração pacífica a comunidade geral, de forma a modificar culturalmente os indígenas diante desse processo civilizacional. Além de que, esses centros poderiam ser livremente acessados por pessoas não indígenas. Além disso, deveriam disponibilizar de recursos próprios para seu sustento e para o auxílio da nação, tal como aponta o próprio SPI: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (GARFIELD, 2000, p. 18).

1.2 POLÍTICAS VARGUISTA NA ECONOMIA INDÍGENA (1941-1945)

A partir da Era Vargas, o discurso de nacionalização passou a ser imperativo na política institucional do SPI, cujas mudanças regimentais que determinavam as ações do órgão deixavam clara a ideia de pensar os indígenas como inferiores e evolutivamente diferenciados, sedimentando o caráter tutelar do serviço federal e legitimando a sua atuação junto às diversas etnias. Numa visão dicotômica, o Estado Novo utilizou-se da representação da “indianidade” como simbolismo de um país nacionalista que honra as suas raízes, mas, ao mesmo tempo, trata seu povo originário “como se fossem crianças de pouca capacidade mental” (GARFIELD, 2001, p. 18).

Nesse período houve uma considerável expansão e intensificação das atividades do SPI. Em 1936, sob jurisdição do Presidente Vargas, o SPI aparece como órgão da Inspetoria Oficial das Fronteiras e manteve sua finalidade semelhante à do primeiro decreto direcionado

ao Sistema. O órgão objetivava prestar assistência aos indígenas nômades, aldeados e promiscuamente civilizados, assim como estabelece-los em centros agrícolas que empregavam a mão de obra indígena.

Durante a Era Vargas, uma das políticas do governo era a exploração do território brasileiro, entretanto, o projeto não abarcava apenas ideais de exploração com fins lucrativos, mas também a inserção do indígena no contexto nacionalista, onde no qual o Serviço de Proteção ao Índio teria um papel crucial. O contato inicial com cada aldeia indígena se dava seguindo as técnicas desenvolvidas pelo Marechal Rondon durante a Comissão das Linhas Telegráficas no século XIX, que incluía instaurar um primeiro contato.

No início do governo Vargas, o SPI tinha sofrido um brusco corte de verbas, porém, à medida em que as propostas do órgão se mostravam promissoras para o projeto nacionalista e de expansão econômica, ele passou a representar um agente propulsor dessas conquistas, e por consequência, começou a ter seu orçamento mais aviltado, o que possibilitou que estendesse suas ações em diversas áreas do país.

Com o projeto do Governo Vargas nos anos de 1940, a intenção progressista de avanço econômico e de expansão territorial levava o Brasil para as fronteiras, formando, de certo modo, uma muralha para a concretização dos desejos desenvolvimentistas do governo entre os anos de 1941 a 1945. Assim, de acordo com Júlio José Araújo Júnior:

O Estado Novo foi um período da história marcado pela intervenção econômica e centralização de poder federal, sem falar que ele detinha discursos de cunho racista e xenofóbico, de acordo com Seth Garfield e Bowdoin College (2000, p 21).

É perceptível na documentação que o indígena era visto em diversos momentos como uma barreira para o progresso. Com o Governo Vargas, a intenção por trás da tutela do SPI era a expansão territorial, e, ao não colaborar com esse “avanço nacional”, o indígena se tornava um obstáculo para o Brasil. O SPI não foi um incentivador dos conflitos territoriais na Paraíba, mas por não tomar atitudes efetivas relacionadas ao território perdido.

CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O POSTO NÍSIA BRASILEIRA

O SPI foi um meio do governo republicano de trazer os povos indígenas para uma nova “identidade brasileira”. Uma vez, que a partir da Constituição de 1891, havia a necessidade de um órgão que assumisse o controle dos povos indígenas, desse a assistência necessária em diversas áreas, e transformasse estes em trabalhadores para a nação. Era, portanto, uma política indigenista pautada na condição de tutela, em que os indígenas estariam sob a guarda administrativa e econômica do Estado. Entretanto, essa política apenas fortaleceu o discurso da necessidade de civilizar esses povos para convivência em sociedade.

Na Paraíba, o órgão atuou entre os anos de 1929 a 1967 (quando passou a se chamar Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o Regime militar), através do Posto Indígena Nísia Brasileira, vinculado à 4ª Inspetoria Regional (situada em Pernambuco). A atuação do SPI na região Potiguara teve início entre os anos de 1929 e 1930, se consolidando, em 1 de janeiro de 1933, com a instalação do Posto Indígena São Francisco, na Sesmaria de São Miguel, município de Mamanguape, e distrito de Baía da Traição (PALITOT, 2005, p. 43-44).

Em 1939, o posto passaria a se chamar Posto Indígena Nísia Brasileira. Com sua sede na aldeia “Forte”, abrangia uma área de 57.600 hectares de terras, que cultivavam pequenas lavouras, em resquícios de mata coqueiral. O órgão na região era classificado como um Posto de Assistência, Nacionalização e Educação, conforme preconizava o art. 17 do Regulamento do SPI. Segundo Palitot (2011, p 42), de início, o SPI passou a atuar no território da Baía da Traição por reivindicação dos próprios indígenas, que queriam uma atuação imparcial por parte do órgão, que defendesse e reconhecesse seus direitos e costumes em relação aos não-indígenas que viviam na mesma área.

Mas, os agentes responsáveis pelo SPI realizavam alianças com políticos locais e se utilizavam da coerção militar e institucional para que os preceitos do Serviço fossem cumpridos. O que era questionado por parte dos tutelados não era a validade de estrutura hierárquica implantada, mas a legitimidade dos ocupantes dos cargos de poder, buscando sempre exercer algum tipo de controle sobre estas figuras (PALITOT, 2011, p 42).

Ademais, o P.I era responsável por gerir as ações determinadas pela Diretoria Geral, incluindo administrar, receber, aplicar e repassar os recursos recebidos, bem como os recursos obtidos pelo próprio posto, a partir da manutenção nas relações comerciais com as cidades vizinhas e serviços prestados por e pelos indígenas Potiguara da região, através do plantio de

alimentos como coco e raízes. Nesse período, o PI tinha como Inspetor Geral o Dr. Dustan Miranda, que também era chefe da 4ª inspetoria regional supracitada.

É de importante ressalva as declarações de administradores do SPI presentes nos relatórios do órgão, sobre o relacionamento com os indígenas. Nestes documentos destaca-se a falta de conhecimento e preconceitos intrínsecos para com a cultura Potiguara, que estava passando pelo processo de tutela. Abaixo, um exemplo de como os indígenas eram tratados na sesmária de São Miguel:

A vida no Posto Nísia Brasileira, desde sua instalação, tem sido uma verdadeira luta, pois a falta de boa vontade dos índios, tem dificultado se impor ali, a disciplina e o mesmo ritmo de trabalhos que se desenvolvem nos outros Postos desta IR que seguem a orientação dos seus respectivos encarregados. Os remanescentes indígenas que habitam aquela reserva nunca se submeteram completamente à orientação dos dirigentes do Posto. Querem ser independentes fazendo tudo que lhes vem à mente e, não obedecendo aos conselhos que recebem, vê-se o encarregado do Posto, sem meios de encaminhá-los para uma vida de trabalho e progresso. (ofício de 25/4/951 do Inspetor A. Souto Maior Filho).

Além disso, em documento da década de 1930, já havia reclamação da falta de verbas na região, essas que eram conseguidas através do orçamento da União. Sendo assim, o P.I da Baía da Traição, dependia dos repasses que o órgão central fazia para as suas devidas instâncias, para poder garantir as necessidades básicas para manutenção do posto.

O Sistema de Proteção ao Índio toma corpo e forma de atuação no Governo Vargas, culminando no Estado Novo e buscando as melhores maneiras do Estado atuar em face dos povos indígenas, diante de uma noção de integralidade e nacionalização do indígena, incorporando-o aos processos civilizatórios que embasavam o Estado e a tutela de poder que este representa. (OLIVEIRA, 2019, p 75).

No Posto Nísia Brasileira da Paraíba foram gastos, de acordo com a documentação do Museu do Índio, de junho a dezembro de 1941, o valor de 28:956\$000 (vinte e oito milhões e novecentos e cinquenta e seis mil contos de réis). Essa quantia foi aplicada em construções locais; pagamentos de prestação de serviço; compra de animais e mudas (uma das formas iniciais de sustento local, gerando salários para os indígenas que ali prestavam serviços) voltadas para a Aldeia São Francisco e o próprio P.I.

No decorrer dos anos de 1936 a 1942, o orçamento referente ao SPI sofreu instabilidades, impactando diretamente nos serviços prestados e executados no PI Nísia Brasileira. Em 1942, por exemplo, os gastos com o P.I. paraibano subiram 56,5% em relação ao ano anterior, tendo um fechamento anual de gastos de Cr\$ 45.652,00 (quarenta e cinco mil

e seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), porém, deve-se levar em conta o fato que durante o mês de novembro do ano citado, ocorreu a mudança da moeda nacional de Réis para Cruzeiro, gerando assim, um relevante diferença no fechamento econômico de 1942.

Após a troca da moeda, em 1943, já é notável um menor aumento dos gastos se comparado ao ano anterior, chegando a apenas 12% a mais, resultando em Cr\$ 51.450,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais cruzeiros), tendo seus principais investimentos na escola Alípio Bandeira (restauração e compra de materiais escolares), situada na aldeia São Francisco; além da inserção de enfermeiros na folha de pagamento do P.I. como contratados. Nesse ano, o Posto possuía uma situação bem regular, apresentando um alto cultivo de raízes, plantas e frutas, fundamentais para o crescimento da economia local, assim como o início da exploração da borracha, que só tendia a crescer.

Além do plantio de mudas, a compra e vendas de animais foi ganhando destaque desde o final de 1941 e teve seu ápice em fins de 1943, tornando-se um dos fatores agregadores da economia local, principalmente de autossustentação. Para isso, o objetivo das políticas do SPI era introduzir junto aos indígenas a orientação sobre as práticas da lavoura e da pecuária, nos moldes e no grau mais intensivo e mais técnico a que os indígenas possam atingir. Em outras palavras, a estratégia era tornar o indígena um indivíduo produtivo para a nação. Essa lógica permaneceu durante todo o período de atuação do órgão, sendo claramente estabelecida durante o período Vargas, através dos Decretos 1.736, de 1939; 10.652 de 1942 e 17.684 de 1945.

O ano de 1944 teve 22,5% mais gastos que o anterior. Entretanto, a contratação e pagamento de enfermeiros e prestadores de serviço, se estenderam da Aldeia São Francisco para também São Miguel, além da construção de casas para indígenas, a restauração de 8 Km de estrada no sentido da São Francisco: assíncrono a aquisição de medicamentos para população atendida pelo P.I; a compra de ferramentas, materiais escolares e para plantio. Para que essas ações fossem concluídas, foi traçado durante a administração de Tubal Fialho Viana, um plano de metas, sendo esse quase todo executado: foi concluída a enfermaria e a instalação de seu material devido; construção e aquisição de aviários e bezerros reprodutores; aquisição de medicamentos, fardamentos e livros (escolares e revistas, mas a documentação não informa se estes foram destinados às escolas); investimento na cultura (plantações), que se mostraram bastante satisfatórios.

O Posto tinha doze pessoas contratadas, entre elas o inspetor Tubal Viana e o inspetor auxiliar Sebastião Francisco da Silva, entretanto, com a convocação para o exército, o número de contratados caiu para oito, sendo assim a diminuição de funcionários no ano de 1944 afetou

diretamente o rendimento dos trabalhos do P.I., pois sobrecarregou o agente, que poucas vezes dava conta de exercer todas as funções.

No segundo semestre do referido ano, o posto recebeu a quantia de Cr.\$38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros), para aplicar no plano orçamentário traçado e também como forma de “auxílio” para os Potiguara, mas nos documentos não aparece o valor estipulado e com foi usado esse auxílio; enquanto a outra parte do dinheiro foi gasto com gado e novilhas, com o objetivo de melhorar o rebanho. Portanto, em 1944 fechou seus gastos com Cr\$63.100,00 (sessenta e três mil e cem cruzeiros).

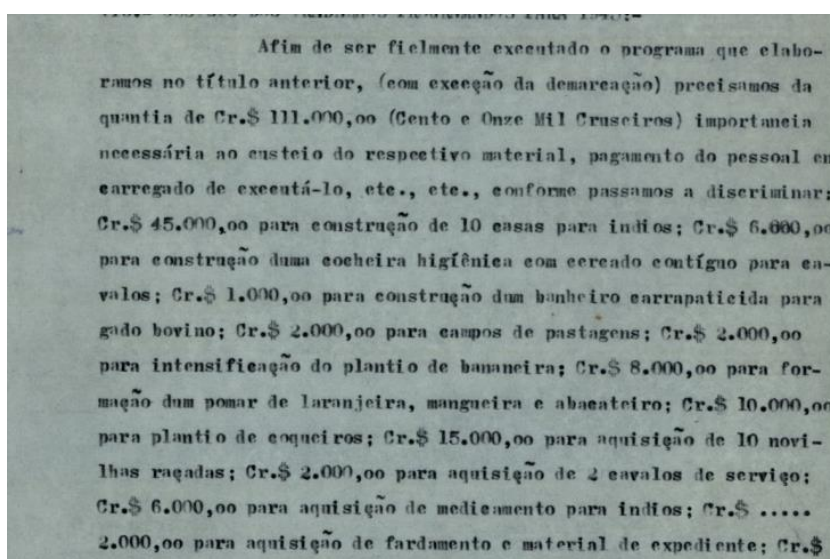
Um dos grandes pontos de divergência dentro da documentação é referente a construção da enfermaria do Posto Indígena Nísia Brasileira. Após a catalogação e análise dos documentos do SPI, é perceptível uma exacerbada incoerência sobre essa construção, pois 1941 data como seu início, com fins para atendimento da população local e 1942 como seu término; entretanto, a documentação de 1943, também relata a construção de um prédio da enfermaria e 1944, como seu fim. O P.I tinha apenas uma enfermaria e em 1943, já constava em suas folhas de pagamentos o salário de enfermeiros do posto e no ano de 1941, registros de gastos com carros para levar os doentes da aldeia São Francisco, para se tratarem na capital.

Ou seja, não é possível estipular de forma concreta quanto foi o gasto para construção da enfermaria e qual o ano de início e término da obra. Porém, o primeiro documento que comprova sua construção é um recibo de contratação de mão-de-obra e compra de material de construção, datado em dezembro de 1941 e sendo seu último documento datado no mesmo mês. Sendo assim, é possível afirmar que os gastos com a contratação de enfermeiros em 1942 foi consequência do início do assistencialismo à saúde do povo Potiguara em meados do referido ano, mas, não nas instalações da enfermaria devidamente adequadas, já que possivelmente a finalização da obra tenha levado realmente dois anos.

Diante das análises documentais, foi possível observar que era traçado um plano anual ou semestral, no qual se especificava quanto e em que seria gasto as verbas aplicadas pelo governo na região. Por exemplo, o relatório enviado para o SPI em fins de 1945 demonstrava uma certa preocupação com o reflorestamento da região de Baía da Traição assistida pelo órgão, com o objetivo de mudanças na zona pantanosa. Para isso, dentro do orçamento, estava separada uma verba para investir na ação, entretanto, a mesma se tornou contraditória, quando as mudas trazidas para plantio foram de eucalipto, uma planta que não era nativa da região e que os indígenas desconheciam seu manuseio, além de sua madeira ser pouco aproveitável para fins construtivos.

Para isso, foi solicitado ao governo uma quantia de Cr.\$ 111,000,00 (cento e onze mil cruzeiros), para que se pudesse alcançar os objetivos acima, além do pagamento de funcionários, gastos com construções e drenagem de terrenos, que não se tinha um valor específico devido às instabilidades do mesmo (Imagem 1). Mas, o P.I. recebeu essa verba que seria semestral de forma parcelada, sendo Cr.\$83.225,00 (oitenta e três mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros) no primeiro semestre e Cr\$38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros) no segundo, sendo deste valor Cr\$3,000,00 (três mil cruzeiros) destinado para compra de materiais e o restante para auxílio dos indígenas.

Imagem I: Fragmento documental do relatório de investimento do SPI no P.I. de 1944 e 1945.



Ao fim do Estado Novo, o Posto Nísia Brasileira era considerado um dos mais produtivos do SPI, pois dispunha de muitas terras para plantio e de inúmeros serviços e formas de mover sua economia (coco, pimenta, mandioca, agave, frutas, as quais rendiam muito para o crescimento local, através de suas vendas, e criação bovina e suína, os quais esses últimos eram considerados sadios e tinham uma criação intensiva e extensiva). Porém, de acordo com depoimentos contidos na documentação analisada, a saúva era considerada o maior flagelo para as plantações locais, prejudicando um maior rendimento. Por fim, o ano de 1945 encerrou com aproximadamente 32% menos gastos que o ano anterior, resultando em um total de Cr\$ 42.783,00 (quarenta e dois mil e setecentos e oitenta e três cruzeiros).

Tabela I - Investimentos e gastos do SPI sobre o Posto Indígena de Nísia Brasileira

Ano	Investimento do SPI	Gasto anual/semestral do P.I.
1941	Não informado na documentação	28:956\$000 (Réis)
1942	Não informado na documentação	Cr\$ 45.652,70 (Cruzeiro)
1943	Não informado na documentação	Cr\$ 51.450,00 (Cruzeiro)
1944	Cr\$ 38.000,00 (Cruzeiro) – semestral	Cr\$ 63.100,50 (Cruzeiro)
1945	Cr\$121.225,00 (Cruzeiro) – anual	Cr\$ 42.783,50 (Cruzeiro)

Fonte: FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro.

Por meio do relatório, em 1945, foi solicitado e enviado pela I.R, Cr.\$121,225,00 (Cento e vinte e um mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros), para ser investido no P.I. da Baía da Traição. Além disso, foi encontrado referências a relações comerciais do posto com fornecimento de suprimentos para as cidades vizinhas ou transações bancárias com a capital. O plano naquele período objetivava a construção de imóveis e plantação de alimentos, que iriam suprir as aldeias locais, além de apresentar extrema preocupação, com o “reflorestamento” da região, onde grande parte da quantia citada seria aplicada.

No entanto, a verba investida no "reflorestamento" da região da Baía da Traição só traria lucros, a longo prazo, visto que a ação drenaria e transformaria a zona pantanosa em uma plantação de eucalipto, mudando a flora local e usando a mão-de-obra indígenas para o plantio da mesma, mesmo esses desconhecendo seu manuseio. Mas, um dos fatores que favoreceu e fortaleceu a economia do Posto Nísia Brasileira diante da I.R foi que o mesmo se configurava como um dos mais produtivos do SPI, com uma grande extensão de terras e as mesmas férteis para plantação, utilizadas para mover a economia e fortalecer relações estratégicas de compra e vendas, com as cidades vizinhas.

2.1 IMPLANTAÇÃO DE UMA ECONOMIA LIBERAL E SEUS REFLEXOS NO POSTO NÍSIA BRASILEIRA (1946-1951)

Nos dois primeiros anos do governo Dutra foi instituída uma política econômica liberal, que era contra às intervenções estatais na economia, permitindo liberdade de mercado, principalmente na importação de bens de consumo, que culminou em uma alta na importação de mercadorias e valorização da moeda nacional. Esse aumento trouxe o esgotamento dos ativos em moedas estrangeiras do Brasil, trazendo a necessidade de uma intervenção do

governo na economia, reduzindo o volume de importações. De acordo com Fausto (2018), houve um crescimento da indústria brasileira e do PIB, em média, 8% ao ano. Mas, esse aumento na economia não significou uma melhora da vida popular urbana e muito menos rural e indígenas, uma vez que o poder aquisitivo desse povo diminuiu.

No P.I. Nísia Brasileira, segundo Corioloando Mendonça, agente do órgão entre 1945 e início de 1946, destaca em seu relatório, que o Posto se encontrava em sua melhor fase, resultado da união do povo Potiguara com os trabalhadores do posto, gerando assim um progresso que levou o aumento de plantações e colheitas (com destaque para mandioca, banana, abacaxi e inhame), e pecuária local, consequentemente fortalecendo o sustento dos que ali viviam, e a comercialização em pequeno porte desses alimentos, gerando dinheiro para economia do Posto, levando a necessidade da compra de fazendas na região (sem valores estipulados na documentação) para aumento da produção.

No ano de 1946, foi recebido um total de Cr.\$83.225,00 (oitenta e três mil e duzentos e vinte cinco cruzeiros) de verba da Inspetoria Regional, sendo Cr.\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para o auxílio dos indígenas e Cr.\$23.225,00 (vinte três mil e duzentos e vinte cinco cruzeiros) para compra de materiais para realização de atividades laborais, construções e pagamentos de funcionários, esse último no ano em questão contava com 11 empregados, que ganhavam os maiores salários.

No segundo semestre de 1946, se objetivava manter o aumento do plantio e produção, dessa vez investido em coqueiros, agave e cana-de-açúcar, que já eram alimentos locais, que os indígenas já estavam familiarizados com o manuseio e isso facilitaria o processo. Além da construção na região de engenhos de farinha e de cana, e compra de maquinário para uma melhor colheita, além do investimento na produção de sal, novo meio econômico que vinha se desenvolvendo nas terras Potiguara. Para cumprimento dos objetivos citados, foi solicitado à Inspetoria Regional Cr.\$160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros), que na visão do inspetor Mendonça, a verba em questão auxiliaria na emancipação econômica do posto. Entretanto, o posto recebeu apenas Cr.\$64.250,00 (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta cruzeiros) de verba do governo, tendo assim que readaptar seu plano de metas.

De acordo com Mendonça, o posto em 1946 conseguiu seguir o mesmo ritmo produtivo do período Vargas, principalmente no que dizia respeito ao plantio de bananeiras. Esse fator contribuiu para o desenvolvimento comercial, tendo um lucro de mais de 100% sobre a verba supracitada investida pela Inspetoria Regional para o ano de 1946. Através da venda de alguns produtos, como: farinha de mandioca, banana, coco, manga, laranja, inhame e milho, todos produzidos pelos próprios Potiguara, receberam CR.\$157.937,00 (cento e cinquenta e

sete mil e novecentos e trinta e sete cruzeiros). Em um apelo a inspetoria regional, foi solicitado a mesma quantia que no ano anterior, para cumprir o plano semestral de 1947, que buscava continuar investindo na agricultura e pecuária, e na construção de pontes para melhorar o acesso às aldeias da região.

Diante esse crescimento econômico na região, os movimentos de renda do posto passaram a ser informados através das atas do SPI para IR mencionando os gastos com a receita federal, além das despesas e rendas em áreas específicas do P.I., que também foram discriminadas em um livro caixa. A folha de pagamentos dos funcionários do P.I referente ao ano de 1947, totalizava Cr.\$9.150,00 (nove mil e cento e cinquenta cruzeiros) a cada trimestre, eram pagos auxiliares, professoras, trabalhadores e aprendizes, sendo o “Auxiliar-Sertão” o com maior salário de Cr.\$450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) mensal. Também se mantinha uma constância de datas nas folhas de pagamento, assim como o valor do salário dos profissionais citados, mesmo a verba do governo e renda do posto não serem algo fixo e mudando de acordo com a produção mensal.

No ano de 1949, os salários das professoras e do “auxílio do sertão” recebem 65% e 25% de aumento respectivamente, aumentando assim os gastos mensais do posto em pagamento de funcionários para Cr.\$11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta cruzeiros). Os documentos referentes ao “movimento de renda do posto”, que se caracterizava por resumir o valor de recibos de compra e vendas individuais, voltam a aparecer em 1949, mas, as páginas se encontram em sua maioria em branco catalogadas como “Sem movimento” e outras com escassas informações, visivelmente faltando a prestação de conta do que estava rendendo o P.I naquele período.

Entretanto, se encontra uma documentação, expondo que entre os meses de junho a dezembro de 1948, e janeiro e fevereiro de 1949, o posto teve sim movimentação, assim como recebeu aplicações de vendas e efetuou compras de utensílios necessários para sua manutenção, no entanto, não foram documentadas pelo inspetor Souto Maior, esse só se preocupou em notificar a I.R acerca de uma venda de agave, que não recebeu pagamento.

A partir desse ano, também se iniciam as relações bancárias entre o Posto Nísia Brasileira e o Banco do Brasil, localizado na cidade João Pessoa, na qual foi feito um pagamento por uma vaca comprado pelo P.I e o dinheiro pago e enviado através do banco, sendo está a primeira documentação (imagem II) a datar e discriminar a relação do posto com um órgão bancário. Após essa documentação se torna frequente as citações de transações bancárias entre o posto e o Banco do Brasil ao longo da documentação, principalmente por

meio de depósitos como forma de pagamento de fornecedores. Além disso, as rendas internas a partir de 1949, passaram a ser depositadas através do Banco do Brasil.

Após o aumento das relações comerciais do posto, o Inspetor da I.R proibiu vendas comerciais a créditos, todas deveriam ser efetuadas à vista, essas medidas foram tomadas por causa de uma carga de agave vendida, que não se recebeu pagamento. As folhas que discriminam o movimento de renda do posto se tornaram obrigatórias, assim como a movimentação da mesma passou a ser apenas com a autorização da Diretoria Geral. Assim como as negociações “irregulares” também receberam notificação da I.R, se vendia animais sem prévio aviso e aplicava o dinheiro dos mesmos, em transações que não constavam no planejamento anual ou semestral daquela região.

Imagem II: Documento do movimento de renda mensal do P.I Nísia Brasileira, 1949.

[illegible]

No relatório anual é apresentada uma considerável estabilidade econômica, em virtude da intensa comercialização de agave, plantado e colhido pelos próprios Potiguara. Além disso, durante esse período há mais de 100 documentos reportando a Inspetoria Regional, sobre a falta de documentos que comprovam a saída e entrada, comercialização e compra de materiais e móveis (em sua maioria de escritório) para o posto Nísia Brasileira, esse fator acabou dificultando uma análise mais aprofundada da economia local Potiguara naquele momento.

2.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO LIBERALISMO ECONÔMICO DO GOVERNO DUTRA (1951-1954)

Ao reassumir a Presidência da República, Vargas recebeu de seu antecessor, Eurico Dutra, um quadro de dificuldades econômicas, sobretudo com a retomada do processo inflacionário e o desequilíbrio financeiro no setor público. Assim, o projeto político de Vargas implicava, em um primeiro momento equilibrar as finanças públicas, desvelando a inflação e retomar o crescimento econômico. Contando inicialmente com a boa vontade do governo norte-americano, a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos anunciou um vasto programa de investimento em infraestrutura.

No Posto Nísia Brasileira foram retomadas as assistências aos indígenas da região, contando entre 150 e 200 potiguaras atendidos pelas verbas do SPI mensalmente, essas eram usadas para saúde, educação, alimentação e compra de objetos que auxiliassem os que trabalham nas plantações. Além disso, em virtude de suas terras semiáridas, foi imposto pelo SPI a partir de 1951, a intensificação do cultivo de coco e agave (que era considerada uma riqueza da região), plantações que se desenvolviam bem naquelas terras e não traziam prejuízo ao órgão. E que fora os indígenas assistidos supracitados, as verbas para região continuaram escassas até terminar a demarcação territorial.

No ano de 1952, pode-se observar relatórios mensais com registros das relações comerciais entre o posto e a capital do Estado, João Pessoa, era mantida uma relação de compra e venda, a capital fornecia sementes de cereais como milho (que dependia da chegada da chuva na região, para se ter uma boa safra) e feijão, para o posto. Além disso, é demonstrada uma grande preocupação, com a quantidade, compra e assistência dos animais que forneciam alimento ou/e renda para o posto, esses constantemente passavam por uma contagem, além de avaliações reportadas a I.R.

Em fins de 1953, volta a ser feito um inventário acerca dos bens do P.I, dessa vez totalizando Cr\$ 76.488,00 (setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e oito cruzeiros), valor inferior comparado ao último feito. Isso seria consequência da perda de bovinos, que impossibilitaram a venda ou/e consumo de sua carne. Diante dessa situação, os relatórios mensais de 1953 são reportados a I.R solicitando a autorização para venda completa ou parcial do rebanho do posto Nísia Brasileira, visando evitar maiores prejuízos para a economia local. Parte desse gado acabou sendo vendido apenas em dezembro daquele ano, arrecadando Cr\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos cruzeiros), que ficaram à disposição do inspetor do P.I.

Parte da pesquisa referente ao ano de 1953 foi de difícil análise, uma vez que a documentação se encontra grande parte em branco, entretanto, o Inspetor do P.I reporta a I.R que os documentos estão nessa situação, por causa dos indígenas da região, que se recusaram a declarar para o órgão suas rendas mensais. Como forma de sanar esses impasses e não perder a verba para as plantações já feitas naquele ano, levando em conta que a agricultura era a base econômica mais lucrativa do P.I, o inspetor do posto solicitou a I.R. a verba de Cr.\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para os três últimos meses daquele ano a ser aplicados na colheita, tendo em vista que a limpeza do terreno e plantio já tinham sido executados.

Também foi solicitado a construção de uma fábrica de farinha, a produção do alimento era feita na região, mas de forma manual, não possuíam maquinário adequado e poucas pessoas contratadas, fato que seria revertido com a instalação da fábrica, que também poderia ser utilizada na desfibrilação do agave, assim trazendo benéficos e maiores lucros para economia local.

Em 1954, o posto já não apresentava tanto lucro como nos anos anteriores, seu quadro de funcionários caía frequentemente, além do inspetor chefe que era trocado de forma constante, por não conseguir conter os indígenas na região, que se negavam a seguir as normas do posto. De acordo com o inspetor, os Potiguara subtraíam as rendas dos cocos plantados na região, fator que afetava diretamente a economia local e, para sanar esses impasses, foi sugerido a implantação de soldados junto aos indígenas enquanto esses trabalhassem, para evitar as "rebeldias" e quebras de normas que vinham acontecendo, ou seja, além de passar por esse processo de tutela e retirada de sua cultura para ser inserida na do homem branco, o povo Potiguara também seria cerceado em seu meio laboral, onde apenas sua força trabalho importava ao P.I. para trazer crescimento a economia local.

Em maio do ano em questão, foi iniciada no posto Potiguara a colheita de cacau, assim como a plantação de cereais como milho e feijão, para uma futura colheita. Mas, no final daquele mês, as chuvas inundaram o paul e levaram à perda de grande parte da plantação, trazendo prejuízo para o P.I. Esse problema poderia ter sido evitado com a drenagem do terreno, que vinha sendo solicitada desde 1945, ou seja, quase 10 anos depois, e a mesma não saiu do papel. E diante disto, a plantação de mandioca teve que ser feita às pressas, para poder lucrar com a produção de farinha e cereais, assim conseguindo pagar os trabalhadores da região.

Os prejuízos econômicos por falta de cuidados ambientais não cessaram. Em 1954, a mata da região pegou fogo e a população utilizou de seus resquícios para produzir carvão, que trouxe uma renda entre Cr\$30.000,00 (trinta mil cruzeiros) e a Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), valores utilizados em despesas do P.I. O dinheiro foi investido em produções

agrícolas, que resultaram no plantio de 16 hectares de terras, que renderam Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros). As terras Potiguara iniciaram seu processo de demarcação, em 1948, elas foram divididas em duas partes, a primeira equivalente a Cr\$25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e a segunda a Cr\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros) totalizando valor Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), mas só foram finalizadas no início dos anos 50, e documentadas em 1954.

Em 1955, foi feita uma espécie de memorial denunciando o descuido do SPI com as terras Potiguara. Assim foi feito um apelo à câmara federal da Paraíba, pelo vereador do PTB de Mamanguape, João Facundo Filho, solicitando uma verba de CR\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para uso no plantio, mas não foi atendida. Mesmo diante dessa conjuntura, o P.I. fez o cultivo de algumas raízes, com fins de manutenção alimentícia da população. No relatório econômico do mês de janeiro, foram solicitados mais CR\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para se investir na plantação de banana. Já no mês de fevereiro se destaca que o posto só teve “rendas satisfatórias” durante a administração dos inspetores Tubal Viana e Corioloando Mendonça, e que a nova gestão não estava sabendo administrar o P.I.

2.3 O RETROCESSO NAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS DO SPI (1956-1964)

Quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil em 1956, apresentou seu Plano de Metas: “o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5” e 18 propostas para resolver os problemas sanitários do Brasil, focados especialmente nas endemias rurais, desconsiderando a saúde indígena (SILVA e HOCHMAN, 2014). Em vias econômicas, a execução de seu plano de JK, contava com a participação do capital estrangeiro, sendo necessária uma intervenção maior do Estado na economia, priorizando essa capitalização do exterior.

Nesse mesmo período, a capacidade de assistência do SPI na área de saúde era duramente criticada devido sua ineficiência e carência, e na educação os projetos educacionais JK, não estavam voltados para os povos indígenas assistidos pelo SPI. Sendo assim, foi necessário um convênio do órgão com o SPI-DNERu (Departamento Nacional de Endemias Rurais, que foi criado por JK e atuava através de campanhas específicas de engenharia e educação sanitária) e SUSA (Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas), as quais a saúde dos povos indígenas deixariam de ser responsabilidade do SPI e passava para o DNERu (SILVA e HOCHMAN, 2014). O SPI ficaria responsável apenas pelas questões orçamentárias, ou seja, pagar as despesas de internação privada, transporte, fornecimento de medicamentos, vacinas e criação de uma farmácia (SILVA e HOCHMAN, 2014).

Essas ações influenciam de forma direta tanto no desenvolvimento, como na economia do Posto indígena paraibano, que teve seu fechamento de 1956 com Cr\$73.357,00 (setenta e três mil e trezentos e cinquenta e sete cruzeiros), ou seja, o mesmo de 1955, não teve nenhuma aquisição documentada, além do que já possuía. Durante esse período, o posto também prestava um auxílio financeiro de Cr\$450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) para crianças com alguma condição de saúde incurável, e também arcava com os gastos de sepultamento de indígenas que viviam na comarca.

Em 1957, a Baía da Traição e seus arredores contava com um total de 1.865 indígenas assistidos pelo P.I. distribuídos em 22 aldeias. Em fevereiro de ano em questão, foi solicitado ao posto o envio de "produção de renda" para I.R após uma denúncia no ano anterior referente a desordens e falta de prestação de conta do P.I. As denúncias continuaram, um ofício¹ de dezembro de 1957, faz referência a famílias da região passando fome, devido uma epidemia de gripe asiática. A doença já tinha acometido 1/3 da população indígena, grande parte devido à falta de medicamentos. A escassez de verba estava afetando os medicamentos locais, situação a qual os médicos se viram obrigados a doar amostra grátis para a população.

Os telegramas dos anos estudados podem ser vistos como um meio de denúncia das irregularidades do Posto Nísia Brasileira, entre essas também a falta de prestação de contas sobre a venda de gado. Isso levou, no ano de 1958, à visita de fiscalização do inspetor da I.R, devido à ausência de dados econômicos, nas folhas de movimento de renda do posto, que tinha presente apenas relatos do que vinha acontecendo no local.

A década de 1960 foi um momento de instabilidade tanto na política nacional como no SPI, que passou por diferentes administrações em curtos períodos de tempo, refletindo na assistência do órgão, que estava passando por uma crise com falta de recursos financeiros. Essa situação se agravou ainda mais com o governo de João Goulart (1961-1964), que seria um dos estopins para o fechamento do órgão, em 1967. A partir de 1962, os índices de crescimento econômico do país começaram a diminuir, chegando a apenas 0,6% de crescimento em 1963, causando uma aceleração da inflação, que ainda naquele ano chegou a 93%, superando o governo Jango.

No posto Nísia Brasileira, os relatórios de prestação de contas e questões administrativas se encontravam em branco e sem atualização, expondo uma completa falta de organização da administração local. Devido à crise financeira do posto, seu supervisor solicitou ao governador do estado da Paraíba, a vinda de 2 professores para trabalhar nas escolas das

¹ Serviço de proteção aos Índios. Registro indígena de dezembro de 1957, pág. 619.

aldeias, assim como a solicitação de ajuda econômica e social, por parte do deputado Luiz Bronzeado. Diante dessa conjuntura, podemos observar que em fins 1961, a crise financeira do posto se agravou levando a necessidade de pedir ajuda a Pedro Gondim, governador do Estado. Essa crise vinha desde o mês de junho do ano em questão, o P.I. sofreu uma queda em sua produção agrícola, essa que era seu principal meio de sustento e viés econômico.

Em março de 1962, teve início o projeto de trabalhos no Vale do Sinimbu, visando melhorar o desenvolvimento econômico da região. Mesmo o SPI cobrando o desenvolvimento do P.I., podemos observar que ele não tem o mesmo desenvolvimento e em parte isso pode ser atribuído ao descaso orçamentário do órgão, a exemplo da casa de farinha, uma das maiores produtoras de renda P.I, necessitava de reformas, mas o posto não conseguia financiar, nem a I.R. respondia aos pedidos de verba.

O ano de 1963 teve início com um grande prejuízo econômico para o P.I, em março aconteceu uma grande cheia do Rio Sinimbu, que atingiu o roçado de mandioca trazendo um prejuízo de doze milhões de cruzeiros (o assunto, não volta a ser falado na documentação, nem que medidas foram tomadas para sanar ou amenizar o problema). Em setembro, teve início o plano de trabalho no vale do Mamanguape, com indígenas da região trabalhando na lavoura e recebendo Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) por dia trabalhado, o objetivo era que eles utilizassem o pagamento na agricultura familiar. Essa relação laboral com os indígenas era benéfica para o posto, uma vez que, afastava os Potiguara do comércio de madeira e carvão, que não era rentável para o SPI.

Em meio a documentação de 1963, podemos destacar um recibo bancário², que veio para concretizar a relação do posto com o Banco do Brasil, o mesmo cita que qualquer órgão com relações com o ministério da agricultura deve ter suas despesas “recolhidas” pelo banco em questão, por meio do Fundo Federal agropecuário, sancionado através da Lei delegada n. 8. Ademais, no mês de novembro, é citado a necessidade do envio de verba de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para compra de carteiras para escola Dr. Antônio Estigarribia.

Vale ressaltar que a necessidade de verba da escola é recorrente há vários meses e continuo sem ser atendida, mesmo a instituição com risco de fechar suas portas. No mês seguinte foi enviado a verba de Cr\$400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), através do Banco do Brasil e destinada apenas às cadeiras da escola. Desde o ano de 1949, esse é o primeiro ano em que a relação P.I - Banco do Brasil é retomada.

² Serviço de proteção aos Índios. Documento do Banco do Brasil de 1963, pág. 744.

2.4 INÍCIO DO PERÍODO DITATORIAL E O FIM DO SPI (1964-1967)

Em 1964, General Castelo Branco assumiu a presidência do Brasil através do Golpe Militar. O seu plano econômico trazia a necessidade de reformas tributária, financeira e trabalhista e a diminuição dos desequilíbrios regionais. Tendo como objetivo combater a inflação, que culminou em uma nova fórmula salarial, e baixou o poder de compra dos cidadãos. Seu governo foi marcado por uma política de austeridade, começar pela criação do Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG), que abrangia todas as situações citadas. A PAEG acabou trazendo a queda da inflação a partir de 1965, entretanto, tais mudanças beneficiam apenas os grandes empresários e a classe média alta brasileira.

Em relação a econômica indígena e sua contribuição nesse período histórico, em 1965, ela estava pautada na pesca marítima (nas regiões da Baía da Traição, Camurupim e Tramataia) e nos mangues (em quase todas as aldeias), além de arriscar no extrativismo vegetal (mangaba, dendê, caju e batiputá). Diante da crise do SPI, a agricultura voltou a ser a principal fonte de subsistência, assim como a criação de animais para uso e alimentação cotidiana. O plantio comercial estava direcionando a cana-de-açúcar.

A partir de setembro de 1965, um novo documento passou a ser gerado, seria o “mapa de produção extrativa” do P.I. em que era estipulado a quantidade de mudas plantadas, seu rendimento e o valor que a unidade era vendida no mercado. A “renda indígena” tinha relação com os pagamentos feitos e recebidos pelo Banco do Brasil. Os salários prestados nos documentos de 1966, vieram cifrados em *NCR\$*, ou seja, novo cruzeiro, entretanto, a moeda só entrou em vigor a partir de 1967, durante o governo de Costa e Silva, e ficou presente até 1970.

Considerado o ano mais precário do P.I Nísia Brasileira, 1967, não desenvolveu plantio de fruta, por falta de investimentos governamentais. A agricultura era o principal meio de sustento do posto Potiguara, que resultou em vários indígenas vivendo em estado de miserabilidade e outros do pouco que ainda se era produzido nas casas de farinha. Uma prova que o ano em questão foi o de maior fracasso econômico do P.I. está no inventário de bens e imóveis adquiridos, que somaram *NCR\$*4.451,00 (quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um cruzeiro novo), valor 250% inferior que os anos analisados. Esse é o último ano documentado do SPI, em seguida se foi criado a FUNAI.

A extinção do SPI foi como uma tentativa dos militares de combater a corrupção dos agentes que estiveram à frente do órgão, entretanto, o SPI foi comandado por militares na maior parte do seu tempo de atuação, mesmo antes do golpe. Ao longo de sua existência, o órgão

cometeu muitos crimes, que iam desde vendas de terras indígenas, ineficiência administrativa, desvios de dinheiros e bens indígenas, até escravização, estupros, envenenamentos, contaminação proposital de doenças, torturas, assassinatos e genocídios estes praticados por fazendeiros, jagunços, policiais e funcionários do próprio serviço (RODRIGUES, 2017, p 25). Mas, de acordo com Albuquerque Lima, as motivações políticas foram as principais para extinção do SPI, em 1967, e que levou a criação da FUNAI, que passou a integrar o Ministério do Interior, que envolvia políticas que visavam levar desenvolvimento econômico para o país.

CAPÍTULO 3 - GUIA PARA USO DO ACERVO DO SPI

O Museu do Índio foi criado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, e inaugurado em 19 de abril de 1953, em comemoração ao Dia do Índio Americano. Por se tratar de um órgão científico-cultural da Fundação Nacional do Índio, com um setor de Seção de Estudos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), a instituição é a única em instância federal brasileira a se dedicar às culturas indígenas, tendo como objetivo propagar a imagem do indígena sem as amarras do preconceito social secular implantando no Brasil desde a colonização e propagado por órgãos como o próprio SPI.

Seu acervo é composto de documentos de maior parte das sociedades indígenas brasileiras contemporâneas, contendo mais de quatorze mil peças etnográficas; dezesseis mil publicações nacionais e estrangeiras especializadas em etnologia e outras áreas relacionadas na Biblioteca Marechal Rondon; cinquenta mil imagens, entre elas, três mil fotografias já digitalizadas e armazenadas em CD-ROMs; cerca de duzentos filmes, vídeos e gravações de som; bem como quinhentos mil documentos de texto, de extrema importância histórica sobre vários grupos indígenas, assim como documentos sobre as políticas indigenistas do Brasil do final do século XIX até o presente.

A disponibilização desse material busca preservar e promover a pesquisa do patrimônio cultural dos 270 grupos que compõem as sociedades indígenas contemporâneas brasileira. Por isso, o programa mantém saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões linguísticas e aspectos específicos de cada cultura, tais como os Projetos de Documentação de Culturas dos povos indígenas, contando com a participação de antropólogos e pesquisadores nas áreas de Etnologia Indígena e Etno-história.

O repositório é um acervo digital etnográfico com um viés museológico, permitindo a realização de buscas com a utilização de filtros que vão desde o tipo de material do objeto, como cerâmicas, adornos, instrumentos musicais, até pesquisas que exibem peças de acordo com os povos indígenas, como potiguaras, xavantes, guaranis, apurinãs, tendo em seu banco de dados digital, materiais sobre quarenta e sete povos.

Para a organização do acervo foram adotadas classificações da bibliografia etnológica. Os itens do acervo têm em média vinte e cinco informações individuais, como o nome do povo, data de confecção, matéria prima do item, entre outras informações (Imagem III).

Imagem III: Área de busca do Site do Museu do Índio

1/2115

Documentos textuais e cartográficos

BR MI SPI 4-74/01-09

Posto Indígena Nisia Brasileira. Agenor da Silva Guedes. **Recibo.** João Pessoa - PB, 1942. Microfilme 173, fotograma 0011.

Fundo/Série/Subsérie: SPI. 4ª Inspeção Regional. Posto Indígena Pancaru

Nível de descrição: item documental

Sistema de arranjo: Série 4. Subsérie 74. Planilha 01. Documento 10

Estado de conservação: Bom estado.

Palavras-chave: IR4; POSTO INDÍGENA NISIA BRASILEIRA.

2/2115

Documentos textuais e cartográficos

BR MI SPI 4-71/22-02

4ª Inspeção Regional. Raimundo Dantas Carneiro. **Informação.** Recife - PE, s/d. Microfilme 171, fotograma 0654-0655.

Fundo/Série/Subsérie: SPI. 4ª Inspeção Regional. Posto Indígena Nisia Brasileira

Nível de descrição: item documental

Sistema de arranjo: Série 4. Subsérie 71. Planilha 22. Documento 02

Estado de conservação: Bom estado.

Âmbito e conteúdo: Informação de Raimundo Dantas Carneiro, chefe da I.R.4, informa que os signatários de telegrama dirigido ao Presidente da República alegam ser possuidores de partes de terras vizinhas ao Posto Nisia Brasileira, no município de Mamanguape, Paraíba. Esclarece que desde 1944 a chefia da Inspeção vem lutando para apaziguar os ânimos de índios e confrontantes. Relata que o Serviço iniciou uma demarcação, anos antes, que não foi avançada por falta de verba, e agora só com um crédito especial de nunca menos de 200 mil cruzeiros para se concluir o serviço. Diz que não há fundamento algum nas alegações contidas no telegrama dirigido ao Presidente. Menciona ofício anexo, enviado pelo então encarregado do Posto Nisia Brasileira em 1944, Tubal Fialho Viana.

Fonte: <http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>.

Além de coleções formadas por objetos, desde 1980, o acervo também reúne coleções feitas por diferentes povos indígenas. Esse acervo significa uma grande evolução para campo etnográfico brasileiro, uma vez que abriga um vasto material sobre diferentes povos indígenas do Brasil. Digitalmente, o acervo museológico possui um banco de 16 mil objetos etnográficos obtidos por meio de doações e compras, diretamente dos indígenas, desde 1947.

A Biblioteca Marechal Rondon tem seu acervo composto por coleções dos extintos Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e da biblioteca particular do próprio Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, dentre eles obras raras e coleções completas de periódicos, além de vídeos VHS sobre povos indígenas e políticas indigenistas. Enquanto o acervo audiovisual do Museu do Índio, possui 68.217 documentos de diferentes povos indígenas, alguns já extintos, resultantes dos trabalhos da Comissão Rondon, que instalou as linhas telegráficas no interior do Brasil, entre os anos de 1890 e 1930.

Dentro do Site do Museu do Índio, também encontramos o Relatório Figueiredo e o acervo digital do SPI, com documentos datados entre 1910 e 1967, quando o órgão chegou ao fim. No site podemos observar a presença de uma vasta documentação de inúmeros povos indígenas distribuídos por todo Brasil e que foram assistidos pelo SPI. Assim, o acervo é dividido em pastas (Imagem IV) de acordo com as Inspetorias Regionais, os seja, o polo responsável por cada Posto Indígena no Brasil, no caso da Paraíba, o estado fazia parte da I.R. de número quatro, e suas pastas são de acordo com Postos atendidas pelo serviço. Na Baía da

Traição, temos os Postos Nísia Brasileira e São Francisco, esse último onde o órgão teve início sua ação no estado paraibano.

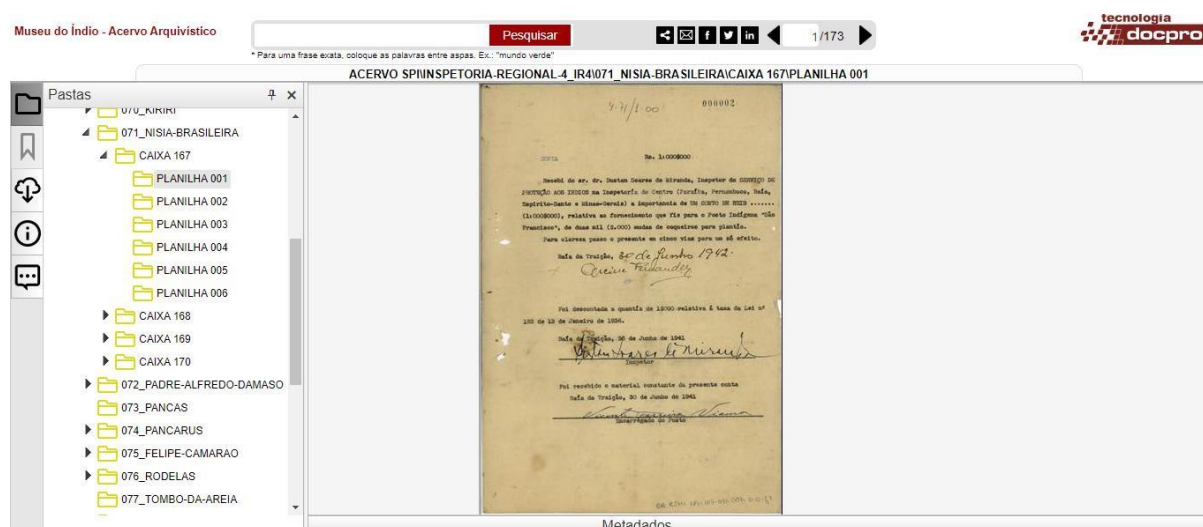
Imagem IV: Divisão em pastas do Site do Museu do Índio sobre o SPI



Fonte: http://www.docvirt.com/docread der.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=201421.

Os arquivos presentes nas pastas são digitalizações de documentos datilografados (Imagem V) pelo próprio Posto Indígena, como forma de prestar relatório para a Inspeção Regional. Além disso, esses arquivos são divididos em sub pastas e planilhas de acordo com o ano, facilitando a pesquisa no acervo.

Imagem V: Arquivo digitalizando do Posto Nísia Brasileira no site do Museu do Índio



Fonte: http://www.docvirt.com/docread der.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=201421.

Para pesquisa deste trabalho foram utilizados 4.500 documentos, esses divididos entre as caixas 167, 168, 169 e 170, datados entre os anos 1941 a 1967, com referência ao povo indígena Potiguara, localizado entre os municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, na Paraíba. Considerando o extenso volume documental referente ao Posto Nísia Brasileira, fez necessário para entender a questão econômica local, a leitura, catalogação e análise documental dos documentos presentes no site citado.

Entre as pastas foram encontrados: relatórios de atividades do povo Potiguara; folhas de pagamentos mensais; recebimentos de verbas; movimento de renda do posto; documentos que demonstram relações comerciais e transações bancárias; recibos; relatórios semestrais e anuais, que identificavam os gastos e requerimentos de verbas, para o funcionamento do posto; documentações de demarcação territorial e relatórios orçamentários. Todos esses foram de suma importância para entender a influência do Estado sobre as práticas tradicionais Potiguara e a finalização dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do levantamento documental e tendo em vista os arquivos do SPI, foi possível perceber que no decorrer de 1941 até 1945, o P.I. Nísia Brasileira (correspondente às áreas de Mamanguape e Baía da Traição) teve um constante crescimento tanto econômico quanto estrutural, principalmente ao que se refere a Aldeia São Francisco. Além disso, houve um considerável desenvolvimento tanto da saúde como da educação local. Em relação à primeira, antes da construção da enfermaria, os Potiguara eram trazidos à cidade quando doentes e com o posto na aldeia, tinham uma assistência mais imediata, tanto no recebimento de remédios como no atendimento médico.

A partir do surgimento de armazéns nos limites do P.I, as relações com o comércio da capital paraibana cresceram, já que era esse que lhes forneciam suprimentos industriais, em vista que os naturais eram produzidos pelos próprios Potiguara; além do início da exploração da borracha, a qual segundo a documentação, os indígenas tiraram proveito disso. No entanto, não se encontra a voz dos indígenas na documentação, apenas a visão do Inspetor geral do posto, ou seja, do Estado impondo uma soberania sobre seu tutelado. Além de que, era implantando entre esse povo um modelo de trabalho produtivo, respeito, ordem, moralização e segurança, mas cabe destacar, que isso é apenas a visão do SPI e não do indivíduo tutelado, que muitas vezes eram vistos como “abusivos”, por não respeitarem as leis do posto.

Quando comparados os gastos do P.I de 1941 e de 1945, encontramos um crescimento de 121%, ou seja, uma exacerbada diferença, entretanto, foi em meio a esses repasses orçamentários, que as políticas econômicas varguistas em conjunto com o SPI, alcançaram seu objetivo de que um P.I se autossustentar no período citado, além de causar um impacto na população local, inserindo os indígenas que ali viviam em uma nova dinâmica laboral.

Referente ao recorte temporal de 1946 a 1953, podemos observar, que a documentação analisada se mostra mais completa no que diz respeito à relação do indígena com o posto, mas em termos de detalhamento do que era feito pelo órgão na região, principalmente em vias econômicas, pode ser considerada “escassa”, já que grande parte da mesma se encontra em branco. Além disso, foi perceptível ao longo da análise a diminuição tanto dos lucros do posto, como das verbas enviadas pelo governo. E mesmo diante dessa “crise”, houve maiores investimentos em novos meios para se gerar economia, como a exploração do sal da região, através da construção de uma salina.

Além disso, se é possível perceber uma constante busca do Inspetor do Posto por uma construção de uma fábrica devidamente equipada na região, mas mesmo com as solicitações e pedidos de verba para mesma, que poderia levar a uma pequena industrialização da região, não se obtém respostas do SPI, mesmo que a implantação da mesma significasse maiores lucros para o órgão e ainda estando dentro da proposta governamental, que é implantar a tutela e inserir os indígenas da região no cotidiano urbano.

Durante esse período ocorreu o crescimento do comércio, que trazia o dobro das verbas aplicadas pela inspetoria regional nas terras Potiguara. Entretanto, uma das coisas, que ainda impediam um maior crescimento da agricultura local, era a falta de verbas e as secas na região, que dificultavam o desenvolvimento de plantações e a criação de animais e conseqüentemente o aumento da economia local, uma vez que os alimentos provenientes do plantio além de alimentarem os povos que ali viviam, também eram comercializados.

O SPI através da documentação, também destaca a evolução do indígena Potiguara, de "preguiçosos e maus", que com o passar do tempo, começará a “respeitar a soberania” do SPI sob suas terras e a viver nas condições colocadas pelo órgão, que fazia parte do projeto civilizatório do governo. E mesmo os indígenas recebendo verbas para seu auxílio ao curso dos anos analisados, o inspetor chefe destacava nos relatórios destinados a Inspetoria Regional, que o mantimento “da moral” tinha sido alcançado, mas para o SPI o que seria essa “moral”? a obediência do indígena às ações implantadas pelo órgão?

Segundo a visão do SPI, com os Potiguara se “comportando”, a administração do posto seguia seu curso normal, além de ser colocado que esses têm que trabalhar para promover o crescimento de suas terras, uma vez considerados difíceis de lidar, tornando o trabalho da região lento comparado às outras regiões assistidas pelo órgão. E como resposta ao questionamento anterior, ao passar dos anos, o sistema foi se enfraquecendo e as reclamações de falta de obediência dos Potiguara aumentando. Esse povo trabalhava por meio do sistema de tutela, sendo retirado de sua cultura para ser inserido em outra. Essas mudanças comportamentais acabaram por coincidir com a troca de inspetores do P.I. assim como as transições governamentais.

No que diz respeito a última fase dessa pesquisa, podemos concluir que o recorte temporal de 1954-1967, ou seja, um intervalo de 13 anos, culminou em um retrocesso em massa na região: atividades econômicas locais diminuíram; relações comerciais que antes estavam avançando se estagnaram, assim como o vínculo bancário do órgão com o Banco do Brasil, mesmo este estando na posição de principal receptor de seus ganhos e verbas, é pouco citado

nos documentos. O posto passou a se sustentar através da produção de farinha e venda de coco, limitando sua economia que antes era tão vasta e admirada pelo próprio SPI.

Isso foi resultado de uma má administração e constante troca de responsáveis pelo P.I. Nísia Brasileira, assim como a falta ou inexistência de recebimento de verba governamental, como supracitado em alguns anos trabalhados. De acordo com uma documentação datada em 1965, a renda monetária para se autossustentar do P.I. Nísia Brasileira, trimestralmente variava entre duzentos a trezentos mil cruzeiros em valor líquido, com a venda de cocos que variava entre Cr\$25,00 (vinte e cinco cruzeiros) a Cr\$35,00 (trinta e cinco cruzeiros) a unidade, em estações como o verão chegava a Cr\$60,00 (sessenta cruzeiros) a unidade. Enquanto isso, o indígena que plantou, ganhava de acordo com a quantidade de pés de cocos plantados e produzidos, principalmente se o alimento serviu para consumo e/ou venda, após os gastos com o preparo da colheita, dificultando o crescimento econômico local.

Em relação à venda dos arrendamentos da região, são poucas, além de que quase 80% desses não foram pagos, apenas se apossaram das terras, sem escritura. Em geral, o dinheiro gerado pelo próprio posto só custeio serviços básicos de: medicação, transporte, alimentação, preparo para novas colheitas e enterros, não sendo suficiente para compra de equipamentos e reparo de imóveis. Diante disso, também podemos observar, que o inspetor do P.I. era quem recebia o maior salário e apenas os funcionários do SPI tinham contratação fixa, os demais eram indígenas locais contratados por um curto período de tempo, para fazer diversas atividades, nada de cunho especializado, e seus pagamentos não constavam nas folhas de pagamento, apenas nos recibos de prestação de serviço. A verba de salários que sobrava era destinada para o mês seguinte, mas em nenhum momento aumentava o pagamento dos indígenas.

No ano 1956, podemos destacar uma denúncia do P.I. a I.R sobre a migração de brancos não pertencentes ao SPI para morar na região da Baía da Traição, que segundo os auxiliares do posto, passaram a ser “má influência” para os indígenas da região, fortalecendo a posição de rebeldes desses e fazendo que não seguissem as normas do posto, nem efetuassem as atividades laborais. Em maio de 1962, as terras Potiguara voltaram a ser invadidas, dessa vez por Ligas Camponesas, que queriam tomar a região em troca de Cr\$30,00 (trinta cruzeiros) cada lote, alguns indígenas se deixaram vender, enquanto outros se negaram, sendo necessário a intervenção do inspetor para que não saíssem feridos.

Em relação às áreas da saúde e dos cultivos locais foram as mais negligenciadas, tanto pelo P.I. como pelas verbas governamentais. O SPI, não possuía uma verba específica para agricultura, sendo assim, muitas vezes as terras pertencentes ao posto não eram cuidadas e

preparadas para cultivo; valendo destacar que no ano de 1956, o posto estava passando por uma severa irregularidade, que ia desde desmatamento florestal, até invasão de outras civilizações em terras indígenas, que maltratavam os moradores locais e queimavam suas casas e cultivos. Já em relação à saúde, sofreu a área bastante com os cortes de verbas, como já citado ao longo da análise, mas vale ressaltar o surto de varíola em várias famílias, que passaram a viver em estado de calamidade, sem sequer uma renda mínima e trabalho para se sustentar.

Por fim, podemos considerar que o P.I. Nísia Brasileira sofreu um grande retrocesso, em todos os sentidos, em seus últimos anos sob o controle do SPI, desde sua organização e produção, assim como o comprometimento governamental e todos esses fatores foram sentidos diretamente na economia local, trazendo a estagnação, diferente do recorte temporal de 1941-1945, durante o governo Vargas, o qual planos eram traçados visando não apenas o sustento do posto, mas também o crescimento do mesmo. Com o fim do governo Vargas, vieram diferentes administração, que culminaram no fim do SPI, e surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 5 de dezembro de 1967, já como planejamento do governo ditatorial.

Atualmente, o povo Potiguara conta com 13.547 indígenas paraibanos, sendo considerados um dos maiores povos resistentes do Brasil. Eles estão localizados, em 29 aldeias, e ocupando a área urbana dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, que somadas chegam a mais de 33.000 mil hectares. Essas terras passaram por processo de demarcação em 1983, que teve sua homologação em 1991.

REFERÊNCIAS

Acervo do Fundo SNI/Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

AMORIM, Paulo Marcos. Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição. Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1970.

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. Direitos territoriais indígenas – uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro: Processo, 2018. pp. 151-158.

BARCELLOS, Lusival. Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

BAUMANN, Terezinha de Barcellos. Relatório Potiguara. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio. 1981.

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 26 jun. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, 15 dez. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 14 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 183, de 13 de janeiro de 1936. Aprova, distribuição de verba ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-183-13-janeiro-1936-505815-publicacaooriginal-76700-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 07 mai. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-4726-19-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.736, de 03 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 06 nov. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.071 de 21 de fevereiro de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-02-21;3071>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº3.105 de 12 de março de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-03-12;3105>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº6.077 de 9 de dezembro de 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6077-9-dezembro-1943-416084-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº17.684, de 24 de janeiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-17684-26-janeiro-1945-470679-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai (RS)-(1941-1956). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 9, n. 18, 2015.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. A administração dos índios: as diretrizes para funcionamento dos povos indígenas. In: SOUZA LIMA, A.C. (org.), *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública*. Rio de Janeiro, Nuap/Relume-Dumará, 2003, p. 125-146.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2018, p. 223.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), p 301-342.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GAMBINI, Roberto. *Espelho índio. A formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

JOFFILY, Ireneo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIBANIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. pp. 169-177.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155- 172.

LIMA, A. C S. Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MATTOS, Izabel Missagia de. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPILTN. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

MELATTI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. In___. São Paulo: EDUSP, 1º ed. 2014.

MILANEZ, Felipe; SANTOS, Fabricio Lyrio, 2021. P. 132. Guerras da conquista: Da invasão dos portugueses até os dias de hoje. Rio de Janeiro: HarperCollins. p. 132-146.

MOONEN, Frans & MAIA, Luciano Mariz. Etnohistória dos Índios Potiguara: Ensaios, Relatórios e Documentos. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB. 1992.

MUSEU DO ÍNDIO, Rio de Janeiro, Museu do Índio: 30 anos 1958-1983. Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 5, n. 10, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e Territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998, p. 69-123.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília/Rio de Janeiro, MEC/Secad/Laced/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/ColET13_Vias02WEB.pdf. Acesso: 06 out 22.

PALITOT, E. M. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

PALITOT, E. M. A multidão Potiguara: Poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais (Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grünewald - Org.). Raízes v.33, n. 1. jan-jun 2011. p. 25-44.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. In_. São Paulo: Global Editora, 7ª ed. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 456-457.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. Projetos para o Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. Revista de História, São Paulo, v.18, n.37, p.73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

VALENTE, Rubens. Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar. In. CAMPOS, Dossiê V.20 N.2 pp. 37-58, jul.dez.2019.

PERES, Sidnei. SPI, etnicidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

VIEIRA, José Glebson. A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura: uma etnografia do grupo indígena Potyguara da Paraíba. Curitiba. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFPR. 2001.